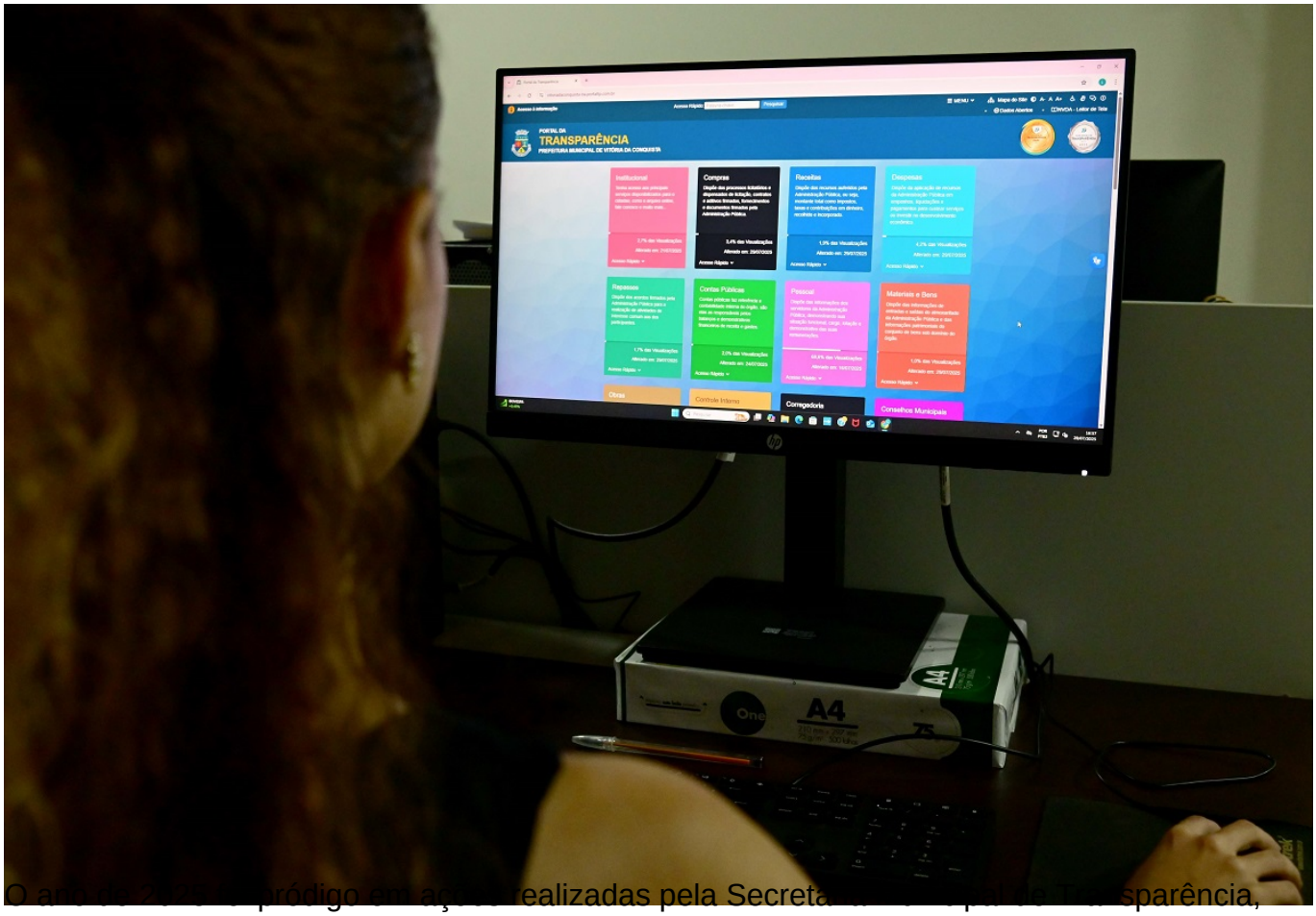
STPC ampliou níveis de transparência e modernização da gestão municipal em 2025

Date : 08-01-2026



O ano de 2025 foi pródigo em ações realizadas pela Secretaria Municipal de Transparência, Controle e Prevenção à Corrupção (STPC). A começar pelo significativo aumento no número de acessos ao Portal da Transparência, a manutenção de certificações externas em termos de transparência governamental - algo a que o Governo Municipal já se habituou nos últimos anos - e por novas estratégias para modernizar os atos da Administração Municipal.

Maior nível de transparência

De janeiro a dezembro, o Portal da Transparência contabilizou 137.448 acessos, o maior já registrado na história do canal. Em 2024, foram registrados 121.258 acessos, enquanto que, em 2023, foram 73.030. Comparando-se o ano de 2022, quando o Portal registrou 63.267 acessos, com o de 2024, constata-se que a página praticamente dobrou o número de acessos, o que configura a expansão na visualização dos conteúdos disponibilizados.

Reconhecimento

Vitória da Conquista esteve em destaque nos âmbitos regional e nacional, com a obtenção de mais um Selo Ouro concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do

Brasil (Atricon), por meio do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A iniciativa avalia os indicadores de transparência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste caso, o município manteve o resultado já obtido em 2024.

Mateus, à direita, recebendo o Selo Ouro referente a 2024

A fim de reforçar a valorização de servidores públicos municipais, o Governo Municipal sancionou a Lei nº 3.053/2025, que alterou o artigo 3º da Lei Municipal nº 2.662/2022, cujo texto regulamenta a Gratificação por Produtividade de Atividade Correcional (GPAC). A atualização do valor teve o intuito de refletir a evolução da estrutura organizacional da Corregedoria Municipal, a complexidade das atividades desempenhadas pelas comissões correcionais e a essencialidade dos serviços prestados, além de equalizar a defasagem do valor da GPAC desde que foi instituída.

Sanção da Lei nº 3.053/2025 durante visita ao CGP

A busca pelo aprimoramento das ações de controle e integridade da gestão pública também se manteve em alta, por meio do estreitamento do diálogo com órgãos de controle. Por exemplo, visitas técnicas foram realizadas pela equipe da STPC à Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE/GO) e à Controladoria Geral do Município de Salvador (CGM/SSA) - ambas

atualmente enquadradas no Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM).

Visita à Controladoria Geral do Estado de Goiás

Equipe em Salvador

Também neste ano, Vitória da Conquista aderiu pela segunda vez ao Programa Time Brasil, uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo apoiar estados e municípios na implementação de ações voltadas ao fortalecimento da integridade pública. Isso garantiu ao município o suporte técnico da CGU e o acesso a materiais de referência, guias, modelos normativos, capacitações e soluções que auxiliam na execução das ações previstas.

A convite da mesma CGU, o Município de Vitória da Conquista participou do lançamento do Programa Pacto Brasil pela Integridade Empresarial na Bahia, organizado pela Superintendência da CGU no Estado. O evento contou com a presença do ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, do secretário de Integridade Privada da CGU, Marcelo Pontes Viana, da secretária Nacional de Acesso à Informação, Lívia Sobota, e de membros da cúpula do órgão federal.

Mateus Novais e Tatiana Teles representando a prefeita em Salvador

Outra iniciativa de destaque foi o estabelecimento de novos canais de diálogo entre a STPC e outros setores da Prefeitura de Vitória da Conquista com a Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal (CEF), a fim de adequar o município aos critérios técnicos de programas habitacionais, com destaque para o programa Minha Casa, Minha Vida.

Em 2025, a prefeita Sheila Lemos assinou o decreto que publicou o 1º Plano de Ação em Governo Aberto de Vitória da Conquista. O ato aconteceu dentro da programação do Open Gov Week 2025, realizado pela Open Government Partnership (OGP - Parceria para Governo Aberto). Dessa forma, Vitória da Conquista tornou-se o único município da região Nordeste a integrar o Programa Membro Local da OGP.

Lançamento do 1º Plano Municipal de Governo Aberto

Compartilhamento de agendas de trabalho

Houve também os momentos em que a STPC compartilhou seu know-how com outros setores da Prefeitura, como as secretarias municipais de Saúde (SMS), Desenvolvimento Social

(Semdes) e Gestão e Inovação (Semgi). Isso ocorreu através do programa Corregedoria Capacita. A iniciativa integra as ações de prevenção do setor, que faz parte do tripé do controle interno municipal, composto pela Ouvidoria, Controladoria e Corregedoria-Geral.

programa Corregedoria Capacita

Mas o conteúdo informacional da STPC também foi transmitido a agentes externos, transcendendo os limites municipais. Por exemplo, a transparência como mecanismo de melhoria na prestação dos serviços públicos foi tema de capacitação realizada pela Prefeitura de Vitória da Conquista com membros do alto escalão e técnicos da Prefeitura de Ilhéus. Realizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Ilhéus, e organizado pela Controladoria-Geral do mesmo município, o evento contou com a presença da vice-prefeita Wanessa Gedeon e de representantes das seguintes secretarias e órgãos municipais: Gestão e Inovação, Comunicação, Corregedoria, Casa Civil, Saúde, Educação, Promoção Social, Fazenda, Cultura, Turismo e Meio Ambiente.

O ano também foi produtivo para a Corregedoria Municipal. Ao todo, foram 69 processos encerrados, sendo 27 Sindicâncias, quatro Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), oito Investigações Preliminares Sumárias (IPS) e 30 Processos Administrativos Disciplinares (PAD). Além destes, há, no momento, 42 processos em tramitação.

A STPC tomou parte na organização do webinário "A LGPD Aplicada a Manifestações de Ouvidoria", promovido pela Rede Nacional de Ouvidorias (Renouv) e pela Ouvidoria Geral da União (OGU). O evento contou com quase 900 visualizações simultâneas. Atualmente, Vitória da Conquista é membro da Câmara Técnica de Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), vinculada à Renouv.

Ouvidoria Geral do Município

Durante o ano, coube à Ouvidoria Geral do Município aperfeiçoar processos com novas ferramentas de gestão. O órgão, que é responsável por receber e encaminhar as manifestações de usuários dos serviços públicos, recebeu, de 1º de janeiro a 26 de dezembro de 2025, 4.735 manifestações da população, entre elogios, orientações, reclamações, denúncias, sugestões e solicitações. Trata-se de um crescimento de 52% em relação a 2024, quando foram registradas 2.491 manifestações. Ao todo, 95% foram concluídas e as demais estão em andamento, com tempo médio de resposta de 24 dias.

Por meio da Lei de Acesso à Informação, foram encaminhadas 382 solicitações, com prazo médio de resposta de 24,79. O atendimento das manifestações é organizado por meio de processos da Gestão da Qualidade, que têm o objetivo de padronizar procedimentos e estruturar fluxos de trabalho. O monitoramento é feito com o apoio do Painel de Gestão em Ouvidoria, dispositivo informatizado que permite analisar temas recorrentes, acompanhar a quantidade de registros mensais e o andamento dos processos por secretaria. O sistema foi implementado em 2023, a fim de ampliar o controle e a transparência da administração municipal. Atualmente, está em fase de atualização.

Encontro de Agentes de Transparência

A mesma Ouvidoria promoveu o primeiro encontro para Agentes de Transparência, reunindo mais de 30 servidores designados pelas secretarias municipais de Vitória da Conquista. Eles se tornaram interlocutores da Ouvidoria Geral do Município e das pastas onde estão lotados.

Atuação múltipla

Já em seus últimos dias, 2025 também foi o ano em que Vitória da Conquista aderiu à Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada - resultado da ação do Governo Municipal, por meio da STPC. Com isso, o município se tornou o primeiro ente baiano da federação a fazer parte desta Rede, cujo objetivo é fomentar e uniformizar a aplicação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), nos três níveis da federação.

Neste ano, a STPC tornou-se parte do Comitê Intersetorial de Governança do Poder Executivo (CIG), instituído por meio do Decreto nº 23.885, que regulamenta o Art. 15 da Política Municipal de Transparência e Integridade Pública (Lei Complementar 2.647/2022).

Criado para assessorar a Chefia do Poder Executivo na condução de políticas públicas, o CIG é presidido pela prefeita Sheila Lemos e conta com a participação das seguintes secretarias: Casa Civil, Secretaria Especial de Transformação Pública (SETP), Gestão e Inovação (Semgi) e Finanças e Execução Orçamentária (Sefin), além da STPC.

Entre várias outras iniciativas, a STPC esteve presente na normatização do Plano Anual de

Auditoria Interna (PAAI) e do Plano Anual de Atividades do Controle Interno (PAACI), além de integrar o Comitê Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Elaboração do Plano Plurianual do Município, vigente pelo período 2026-2029.

Garantia de novos investimentos

Passou ainda pelos trâmites da pasta, entre outros setores, a inclusão de Vitória da Conquista entre os municípios contemplados com recursos do PAC Seleções 2025. Foram garantidos R$ 5,9 milhões, destinados a quatro obras nos eixos Saúde e Educação.

Outra conquista que contou com a participação da STPC, em termos de novos investimentos para o município, foi a garantia de um total de R$ 5,2 milhões em convênios e emendas parlamentares, direcionados a obras de infraestrutura nas áreas de agricultura e esporte.

Nota-se, portanto, que, embora a atuação da STPC ocorra especialmente dentro das repartições municipais, estaduais e federais, o resultado desse trabalho foi - e continuará a ser, em 2026 - percebido nas ruas urbanas e rurais pela população de Vitória da Conquista.